2Às 16 horas e 30 minutos, do dia 17 de novembro de 2010, guarta-feira, reuniu-se o CME/ 3Toledo para a Sessão Plenária de encerramento da Reunião ordinária do mês de 4novembro na Sala de Reuniões da SMED/Toledo, conforme decisão aprovada na Sessão 5Plenária do dia 08 de novembro. Estavam presentes os seguintes Conselheiros titulares: 6Flávio Vendelino Scherer, Presidente, Léia Angélica Rippel, Vice-Presidente, Pedro Aloísio 7Webler, Patrícia Mara Anschau, Maria Christina Bezerra Raupp Calabresi, Marcio Adriano 8Solera, Doracilde Naomi Noguti de Oliveira, Sueli Luckmann Guerra, Veralice Aparecida 9Moreira dos Santos, Sergio Denck Fogasso e Suelaine Cristhina Feldkircher da Costa. 10Esteve ausente, com justificativa, o Conselheiro Willibaldo Feiten. O Presidente, dando 11início aos trabalhos, deu as boas vindas a todos e informou que, de acordo com o 12aprovado na Sessão Plenária do dia 08 de novembro, esta Sessão Plenária é para o 13encerramento da Reunião Ordinária do mês de novembro, mas que poderão acontecer 14Sessões Extraordinárias para a apreciação das Deliberações que tratarão das atualizações 15das normas complementares para a Educação Infantil, para os Anos Iniciais e para a 16Educação Especial. A seguir, apresentou a Pauta, como segue: 1 - Informações da 17Presidência; 2 - Posse da Conselheira que representa o segmento do Conselho Municipal 18dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeada pelo Decreto nº 442/10, de 1917/11/2010; 3 - CEB/Processo n.º 010/10, Parecer nº 014/10: Cessação Definitiva de 20Classe Especial da Escola Municipal Dr. Borges de Medeiros, da Vila Industrial, Relatora 21Conselheira Sueli Luckmann Guerra; 4 - CEB/Processo n.º 011/10, Parecer nº 015/10: 22Cessação Definitiva de Sala de Recursos da Escola Municipal Dr. Borges de Medeiros, da 23Vila Industrial, Relatora Conselheira Sueli Luckmann Guerra; 5 - CEB/Processo n.º 012/10, 24Parecer nº 016/10: Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, da 25Escola Municipal Carlos Friedrich, do Jardim Coopagro, Relatora Conselheira Léia 26Angélica Rippel; 6 - CEB/Processo n.º 015/10: Renovação da Autorização de 27Funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Walter Fontana, da Vila 28Pioneiro, Relatora Conselheira Léia Angélica Rippel; 7 - CEB/Processo n.º 021/10: 29Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal 30Carlos João Treis, da Vila Paulista, Relatora Conselheira Maria Christina Bezerra Raupp 31Calabresi; 8 - CEB/Processo n.º 022/10: Renovação da Autorização de Funcionamento da 32Educação Infantil, da Escola Municipal São Luiz, do Distrito de São Luiz do Oeste, Relatora 33Conselheira Patrícia Mara Anschau; 9 - CEB/Processo n.º 024/10: Renovação da 34Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, da Escola Municipal Amélio Dal 35Bosco, do Jardim La Salle, Relatora Conselheira Patrícia Mara Anschau; 10 -36CEB/Processo n.º 025/10: Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação 37Infantil, do CMEI Cantinho da Alegria, do Jardim Maracanã, Relator Conselheiro Sérgio 38Denck Fogasso; 11 - Palavra livre para comunicações rápidas, de interesse do CME, do 39SME Toledo e dos Conselheiros. Na sequência, passou as seguintes informações da 40Presidência: sobre o recebimento do Ofício Circular nº 03/2010, da UNCME/PR - União 41Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, para o "III Encontro Nacional dos 42 Conselhos Municipais de Educação", nos dias 09 e 10 de dezembro, na cidade de Curitiba, 43evento para o qual solicitou a manifestação do interesse dos membros do colegiado. O 44próprio Conselheiro Presidente manifestou interesse em participar, e disse que o prazo 45para as inscrições é até o dia 03/12/2010, mas que não há previsão de custeio das 46despesas pelo MEC, que é copromotor deste III Encontro, e que por isto será necessário 47buscar apoio junto à Prefeitura ou por outra forma de patrocínio. O Presidente comunicou 48ainda que esteve presente na UNIOESTE/campus Toledo, para a assinatura de vários 49convênios para obras e investimentos na instituição, e para a inauguração do 50estacionamento interno reurbanizado do Campus, onde esteve presente o Secretário de 51Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o ex-professor do campus local, Nildo 52José Lübke, do Reitor e de várias outras autoridades, além de professores e funcionários e 53ex-alunos que ajudaram a construir a história da educação pública superior de Toledo

54nestes 30 anos, isto é, a partir de agosto de 1980, entre os quais está o próprio Presidente 55do CME/Toledo, que foi o 1º funcionário contratado e também o 1º Diretor eleito da antiga 56Facitol que deu origem ao Campus/Toledo da Unioeste. Dando continuidade, o Presidente 57passou ao item 2 da Pauta, que tratou da Posse da Conselheira Titular Suelaine Cristhina 58Feldkircher da Costa, que representa o segmento do Conselho Municipal dos Direitos da 59Criança e do Adolescente, nomeada pelo Decreto nº 442/10, de 17/11/2010, em 60substituição à Conselheira Renate Neumann Schewe Cardoso, que renunciou ao mandato 61de Conselheira. Para o ato, solicitou à Secretária Geral que fizesse a leitura do Termo de 62Posse, empossando desta forma Suelaine Cristhina Feldkircher da Costa, como 63Conselheira Titular, parabenizando-a e dando-lhe as boas-vindas. A seguir, abriu espaço 64para que a Conselheira empossada se manifestasse. Esta fez uma breve auto-65apresentação e se colocou à disposição para colaborar com os demais conselheiros nos 66trabalhos do colegiado. Dando continuidade, o Presidente informou que, após a última 67Sessão Plenária do CME, dia 08 de novembro, o Presidente, juntamente com o Secretário 68Municipal de Educação, Ildo Bombardelli e o Diretor do Departamento de Administração 69Escolar da SMED, Conselheiro Pedro Aloísio Webler, participaram de uma audiência com 70o Promotor da Promotoria de Proteção à Educação, Dr. Sandres Sponholz, tendo em vista 71a implantação do 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos, no ano de 2011, para 72 dirimir dúvidas sobre alguns questionamentos feitos pelo próprio Prefeito Municipal sobre a 73legalidade da implantação e sobre a responsabilidade do Município em relação ao 5º ano 74do Ensino Fundamental de 9 anos, que será implantado em 2011 na rede municipal, em 75decorrência da implantação gradativa iniciada em 2007. Disse o Promotor que além de 76estar de acordo com a lei, com os planos, projetos e avanços do Município, que a situação 77é irreversível, e que não há mais como se voltar atrás, que o Município fez bem em 78assumir o compromisso desde o ano de 2006, que o CME e os Conselheiros agiram 79corretamente em aprovar as normas para a implantação gradativa e planejada do Ensino 80Fundamental de nove anos de duração; que a medida é inquestionável e totalmente legal, 81e que a questão social está acima da questão pessoal exposta por professores da rede 82 estadual que se sentiriam prejudicados com a diminuição de aulas; que estaria faltando a 83compreensão por parte de algumas instituições, sobre como funciona uma implantação 84gradativa; que subtrair um ano na escolaridade constitucional da criança, é considerado 85abandono intelectual de menor, que é ato passível de responsabilidade, mesmo que 86alguns pais entendam que diminuir um ano de estudos da criança, significaria ganho para 87poder acessar mais rapidamente à educação superior e que é inadmissível a supressão do 88 direito da criança por parte de seus pais ou responsáveis. O Conselheiro Pedro Aloísio 89Webler, também Diretor do Departamento de Administração Escolar da SMED, informou 90que o Prefeito Municipal tem se preocupado bastante com a implantação do 5º ano do 91Ensino Fundamental de nove anos e, ainda mais, com a dispensa dos desdobres de 92professores, por determinação da Promotoria Publica mas que, de acordo com o 93 levantamento realizado pela SMED, não serão necessários tantos cargos de professores 94como o Prefeito tem dito; que a preocupação é pertinente, mas que não é motivo de 95alarde. O Presidente do CME perguntou ao Conselheiro Pedro Aloísio Webler, quantas 96inscrições para o cargo de Professor II teriam sido feitas para o concurso público em 97andamento. O Conselheiro, respondendo a indagação do Presidente, disse que segundo 98informações repassadas pela Secretária de Recursos Humanos, seriam mais de 400 99inscritos para o cargo de Professor II e que isto certamente supriria a demanda, tendo em 100vista que apenas uns 15 a 20% dos inscritos efetivamente passam no concurso. O 101Presidente informou que no momento da audiência com o Promotor Dr. Sandres Sponholz, 102no dia 08 de novembro, este afirmou que se o Município encontrar dificuldade para 103preencher as vagas com professores efetivos, poderá ser firmado um termo de ajuste de 104conduta, dando um prazo maior ao Município para se adequar às exigências e que a 105Promotoria não é contra a função de desdobre de professor, mas é contra a forma como 106estava sendo pago este desdobre. A Conselheira Sueli Luckmann Guerra, lembrou a todos

107que agora os professores serão contratados para 40 horas semanais o que diminuirá o 108número de vagas, já que anteriormente, os professores eram contratados somente para 20 109horas. Outra informação da Presidência, da audiência com o Promotor, foi a noticia de que 110a ação contra a "Escola Mickey e Minnie" já foi julgada e que o julgamento final do 111Tribunal de Justiça do Paraná foi pelo fechamento da referida instituição. Disse que a 112Promotoria encaminhará um documento oficial comunicando o fato ao CME e à SMED. Na 113sequência, passou-se aos itens 3 e 4, que trataram dos Processos n.ºs 010/10 e 011/10, 114respectivamente, os Pareceres nº 014/10, de Cessação Definitiva de Classe Especial e nº 115015/10, de Cessação Definitiva de Sala de Recursos, da Escola Municipal Dr. Borges de 116Medeiros, da Vila Industrial, tendo por Relatora a Conselheira Sueli Luckmann Guerra, que 117após serem colocados em votação do Plenário, foram aprovados por unanimidade dos 118Conselheiros presentes, em virtude da perspectiva da educação inclusiva e que os alunos 119que eram atendidos nas salas que foram cessadas, serão atendidos no ensino regular e 120nas salas multifuncionais. A Conselheira Sueli Luckmann Guerra, Presidente da Câmara 121de Educação Básica, sugeriu que seja encaminhada uma solicitação à SMED para que a 122Escola que esteja cessando o atendimento, informe a escola de origem, de onde o aluno 123veio com encaminhamento, para que a escola possa dar o devido encaminhamento diante 124da situação do aluno atendido. Passou-se ao item 5, que tratou do Processo n.º 012/10, 125Parecer nº 016/10, de Renovação da Autorização de Funcionamento da Educação Infantil, 126da Escola Municipal Carlos Friedrich, do Jardim Coopagro, que teve por Relatora a 127Conselheira Léia Angélica Rippel, que após ser colocado em votação do Plenário, foi 128aprovado por unanimidade dos Conselheiros presentes. A Conselheira Sueli Luckmann 129Guerra, Presidente da Câmara de Educação Básica, informou que os processos nºs 015, 130021, 022, 024 e 025, foram retirados da Pauta, pelo motivo de não apresentarem todos os 131documentos exigidos, principalmente o Laudo de Vistoria do Corpo de Bombeiros, que se 132 encontra vencido e que, no momento da apreciação dos processos, constatou-se que não 133foram cumpridas as exigências solicitadas às Escolas, pois já à época da 1ª autorização 134foram assinados Termos de Planos de Metas para sanar pendências, e que esta relativa à 135 segurança, não foi cumprida pelas escolas. A sugestão da Câmara de Educação Básica, 136aprovada pelo Plenário, é de que o CME notifique a SMED sobre estes fatos, 137manifestando-se formalmente com relação a este assunto. O Conselheiro Pedro Aloísio 138Webler, informou que este assunto deveria ser encaminhado ao conhecimento do Prefeito 139Municipal, pois esta situação já vem se arrastando por algum tempo e as Escolas 140Municipais não conseguem mais renovar seus Laudos vencidos. O Presidente disse que a 141 situação deverá ser levada ao conhecimento do Secretário Municipal de Educação e ao 142Prefeito Municipal, para que se possam cumprir as exigências mínimas e dar continuidade 143aos processos de renovações de funcionamento das escolas. Em seguida, o Presidente 144 lembrou a todos que a próxima Reunião Ordinária do CME terá início no dia 06 de 145dezembro e que se houver necessidade, os Conselheiros(as) serão convocados para 146Reunião Extraordinária. Agradecendo a presença e a participação de todos, deu por 147encerrada a presente Sessão e a Reunião Ordinária do mês de novembro, de acordo com 148o que já fora aprovado anteriormente pelo Plenário. E para registrar, eu Rosane M. 149Peripolli Fontes, Secretária Geral, lavrei a presente Ata, que, nos termos do Regimento 150Interno e da prática aprovada pelo Plenário, a mesma, no início da próxima Sessão 151Plenária, será discutida, votada e aprovada pelo Plenário. Esta Ata é encerrada, e vai 152assinada por mim, pelo Presidente, pelos demais Conselheiros e pelos presentes a esta 153Sessão Plenária.

59- Maria Christina Bezerra Raupp Calabresi:
60- Doracilde Naomi Noguti de Oliveira:
61- Patrícia Mara Anschau:
62- Marcio Adriano Solera:
63- Veralice Aparecida Moreira dos Santos:
64- Sergio Denck Fogasso:
65- Sueli Luckmann Guerra:
66- Pedro Aloísio Webler:
67- Suelaine Cristhina Feldkircher da Costa: